



# Anais da Assembléia

Nº 07

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1978

ANO IV

## 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 1978

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messais, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e José Domingos Scarpelini.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielso Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Luiz Alberto Oliveira, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (52); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão e Otássio Pereira (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Mensagem:

Mensagem número 1/78

Curitiba, 08 de março de 1978

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva fixar, a partir de 1º de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em comissão do pessoal civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como os dos integrantes da Polícia Militar do Estado.

Visa ainda o Anteprojeto de Lei em questão, fixar, a partir de 1º de março de 1978, os vencimentos dos membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas, do Procurador Geral e Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal.

Merece inicialmente destacar que o Plano de Lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa consubstancia criteriosos estudos realizados pelos Órgãos competentes da Administração, os quais levaram em conta as normas constitucionais e legais aplicáveis e a conjuntura financeira do Estado, bem como as dotações consignadas na Lei Orçamentária para o atendimento das Despesas de Pessoal.

Devo, ainda, ressaltar, que a majoração concedida, abrange, nos mesmos percentuais, outras vantagens, tais como a gratificação de produtividade e o salário família.

Por outro lado, o Plano de Lei em questão, prevê adequada sistemática para os cargos de Direção e Assessoramento Superiores, com o que é estabelecida simbologia para todos os cargos em comissão dessa natureza, inclusive para os Secretários de Estado, Dirigentes de Autarquias e outros, obedecido, sempre, o percentual geral da majoração (38%).

Desejo ainda mencionar a preocupação do Executivo em dar um tratamento mais humano aos beneficiados por pensões especiais pagas pelo Estado, aos quais foram atribuídos valores muito superiores aos atualmente em vigor.

Tenho certeza, Senhor Presidente, de que o Governo do Estado, ao apresentar esta proposição o faz imbuído dos mais elevados propósitos de conciliar as diretrizes financeiras nacionais, as disponibilidades orçamentárias do Governo e as justas e legítimas aspirações do funcionalismo público.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão, das funções gratificadas dos Quadros de Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado e dos Integrantes da Polícia Militar do Estado ficam majorados, a partir de 1º de janeiro de 1978, em 38% (trinta e oito por cento).

Art. 2º — Os vencimentos dos Membros da Magistratura, do Ministério Público, dos Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado, do Procurador Geral e dos Procuradores do mesmo Tribunal ficam fixados, a partir de 1º de março de 1978, conforme tabelas do anexo I.

Art. 3º — A gratificação de produtividade instituída pelas Leis nºs 6569, de 25 de junho de 1974, 6593, de 15 de agosto de 1974, 6641, de 04 de dezembro de 1974 e 6787, de 31 de maio de 1976, fica majorada em 38% (trinta e oito por cento), a partir de 1º de janeiro de 1978, desprezando-se as frações de cruzeiro.

Art. 4º — O valor do salário família atribuído ao funcionalismo estadual fica, a partir de 1º de janeiro de 1978, fixado em Cr\$ 73,00 (setenta e três cruzeiros).

Art. 5º — As vantagens instituídas pela Lei nº 6.212, de 09 de agosto de 1971, bem como a média destas mesmas vantagens incorporadas nos proventos de inativos fica, a partir de 1º de janeiro de 1978, com seus valores acrescidos de 38% (trinta e oito por cento).

Art. 6º — O valor previsto no Art. 7º, da Lei nº 6863, de 04 de abril de 1977, fica fixado em Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), a partir de 1º de janeiro de 1978.

Art. 7º — Ficam acrescidos na simbologia numérica geral de cargos em comissão do Estado, com os vencimentos constantes do Anexo II, a partir de 1º de janeiro de 1978, os símbolos DAS-Direção e Assessoramento Superiores, sendo: DAS-1, para Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado e Chefes das Casas Civil e Militar; DAS-2, para os Sub-Chefes da Casa Civil, Diretores Gerais de Secretarias de Estado, Diretor da Polícia Civil, Diretor do Detran, Diretor do I.A.M., Diretor do I.B.P.T. e Superintendente do I.P.E.; DAS-3, para os Diretores Auxiliares do D.E.R.; DAS-4, para o Diretor Adjunto do D.I.O.E. e Diretores do I.P.E. e DAS-5, para os Chefes de Gabinete de Secretário de Estado, Chefes de Assessoria para

Controle de Resultados, os cargos de nível de atuação programática constantes do anexo III, Diretor do DETO, Diretor do DAMI, Diretor do DEE e Assessores Técnicos Legislativo, Jurídico e Administrativo da Subchefia de Assuntos Técnicos, da Casa Civil.

Parágrafo único — A simbologia prevista neste artigo não se aplica às aposentadorias anteriores a 1.º de janeiro de 1.978.

Art. 8.º — As disposições desta Lei aplicam-se no que couber ao respectivo pessoal inativo, respeitado o critério de proporcionalidade pelo qual o funcionário tenha sido aposentado, reformado ou posto em disponibilidade.

Art. 9.º — Mediante decreto, o Chefe do Poder Executivo baixará as tabelas de vencimentos decorrentes da presente lei, desprezadas as frações de cruzeiro.

Art. 10 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

### ANEXO I TABELA I MAGISTRATURA

CARGO	VENCIMENTO
Desembargador .....	34.983,00
Juiz do Tribunal da Alçada .....	33.233,00
Juiz de Entr. Final e Aud. Just. Militar .....	31.094,00
Juiz de Entr. Intermediária .....	27.986,00
Juiz de Entr. Inicial .....	25.187,00
Juiz Adjunto .....	22.667,00

### TABELA II TRIBUNAL DE CONTAS

Conselheiro .....	34.983,00
Auditor .....	31.484,00
Proc. Geral Junto ao T.C. ....	34.983,00
Procurador Junto ao T.C. ....	31.484,00

### TABELA III MINISTÉRIO PÚBLICO

Procurador Geral da Justiça .....	34.983,00
Procurador da Justiça .....	31.094,00
Promotor Just. Entr. Final e-Curador .....	27.986,00
Promotor Just. Entr. Intermediária .....	25.187,00
Promotor Just. Entr. Inicial .....	22.667,00
Promotor Substituto .....	18.133,00

### ANEXO II TABELA II CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

SÍMBOLO	VENCIMENTO
DAS-1 .....	Cr\$ 21.163,00
DAS-2 .....	Cr\$ 19.239,00
DAS-3 .....	Cr\$ 17.491,00
DAS-4 .....	Cr\$ 15.338,00
DAS-5 .....	Cr\$ 8.757,00

### ANEXO III CARGOS DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES

#### 1-S E A D

- 1.1 — Chefe da Coordenadoria do Patrimônio do Estado
- 1.2 — Chefe da Coordenadoria de Construções e Reparos
- 1.3 — Chefe da Coordenadoria de Controle de Serviços
- 1.4 — Chefe da Coord. Administ. Setorial e Regional

#### 2-S E F I

- 2.1 — Chefe da Coordenação da Administ. Financeira
- 2.2 — Chefe da Coordenação de Auditoria e Análise de Custos

- 2.3 — Procurador Fiscal do Estado
- 2.4 — Chefe da Coordenação da Receita do Estado

#### 3-S E P L

- 3.1 — Chefe da Coordenadoria dos Grupos de Planejamento Setorial
- 3.2 — Chefe da Coordenadoria de Modernização Administrativa
- 3.3 — Chefe da Coordenadoria de Estudos e Projetos
- 3.4 — Chefe da Coordenadoria dos Núcleos Regionais
- 3.5 — Chefe da Coordenadoria de Informações Técnicas
- 3.6 — Chefe da Coordenadoria de Orçamento e Programação

#### 4-S E R H

- 4.1 — Chefe da Coordenadoria dos Grupos de Rec. Humanos Setoriais
- 4.2 — Chefe da Coordenadoria de Alocação de Recursos Humanos
- 4.3 — Chefe da Coordenadoria do Cadastro Central
- 4.4 — Chefe da Coordenadoria de Auditoria

#### 5-S E A G

- 5.1 — Diretor do Departamento de Produtividade
- 5.2 — Diretor do Departamento de Economia Rural
- 5.3 — Diretor do Departamento de Fiscalização

#### 6-S E E C

- 6.1 — Diretor do Departamento de Ensino de 1.º Grau
- 6.2 — Diretor do Departamento de Ensino de 2.º Grau
- 6.3 — Diretor do Departamento de Ensino Supletivo
- 6.4 — Diretor do Departamento de Educação Especial
- 6.5 — Diretor do Departamento de Assuntos Universitários
- 6.6 — Diretor do Departamento de Educação Física e Desportos
- 6.7 — Chefe da Coordenação de Documentação Educacional
- 6.8 — Chefe da Coordenação de Assistência ao Educando
- 6.9 — Chefe da Coordenação do Centro de Treinamento do Magistério
- 6.10 — Chefe da Coordenação dos Núcleos Regionais

#### 7-S E I C

- 7.1 — Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Indust. e Comercial
- 7.2 — Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Gerencial
- 7.3 — Chefe da Coordenadoria de Área de Trabalho

#### 8-S E I N

- 8.1 — Chefe da Coordenadoria de Estudos e Defesa do Meio Ambiente
- 8.2 — Chefe da Coordenadoria de Obras de Infra-Estrutura
- 8.3 — Chefe da Coordenadoria dos Núcleos Regionais

#### 9-S E J U

- 9.1 — Secretário Geral da Junta Comercial
- 9.2 — Chefe da Coordenação das Natural. do Cad. das Ser. e Afins
- 9.3 — Chefe da Central de Leis e Jurisprudência
- 9.4 — Chefe da Coordenação do Sistema Penitenciário

#### 10-S E S B

- 10.1 — Chefe da Coordenadoria Operativa
- 10.2 — Chefe da Coordenadoria de Atenção Médica Integral
- 10.3 — Chefe da Coordenadoria de Saneamento do Meio
- 10.4 — Chefe da Coordenadoria de Epidemiologia e Cont. de Doenças
- 10.5 — Chefe da Coordenadoria de Orientação à Comunidade
- 10.6 — Chefe da Coordenadoria do Bem Estar Social

#### 11-S E S P

## 11.1 — Chefe da Coordenação de Informações

## 12- S E T R

12.1 — Chefe da Coordenação de Planos e Prog. Est. de Transportes

12.2 — Chefe da Coordenação de Planos e Prog. Munic. de Transportes.

12.3 — Diretor do Departamento Aeroportuário

12.4 — Diretor do Depto. de Serviços de Transporte Comercial.

## — À Comissão de Constituição e Justiça.

## OFÍCIOS:

Sob o n.º 14/78, do Sr. João Batista A. Gnoato, Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, no qual solicita escusas pelo não comparecimento à solenidade de instalação dos trabalhos deste Legislativo Estadual. — **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n.º 05/78, do Sr. Gilberto Rezende, Juiz Adjunto da Comarca de Terra Roxa, no qual encaminha cópia da Ata lavrada quando da Instalação da Comarca de Terra Roxa. — **Ao conhecimento da Casa.**

## EMENDAS:

## EMENDA N.º 1

## AO PROJETO DE LEI N.º 133/77

Substitua-se o parágrafo único pela seguinte redação:

As designações de que trata o presente artigo serão procedidas pela autoridade competente para a nomeação do substituído ou de conformidade com as normas estabelecidas em regulamentação própria.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamentos: Adalberto Daros, Domício Scaramella, Lúcio Machado, Del Ciel, Accioly Neto, Ernesto Dal'Oglio e Deni Schwartz.

## JUSTIFICATIVA:

Com a devida vênia do ilustre signatário do projeto de lei em tela, cuja iniciativa não pretendemos modificar em sua essência, visa a presente emenda dar maior objetividade à imediata execução do projeto, após a sua sanção.

A legislação brasileira está repleta de dispositivos, os quais deixam de ter efeitos imediatos por dependerem de futura regulamentação.

Haja visto o artigo 144 da Constituição do Brasil, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional, a qual, até esta data, não se concretizou, emperrando inclusive, o bom funcionamento da Justiça nos Estados.

Com esta emenda, o dispositivo modificado poderá ter aplicação imediata, ficando pendentes apenas os casos omissos.

## EMENDA N.º 2

## AO PROJETO DE LEI N.º 133/77

Acrescenta-se § 2.º, no artigo 70, com a seguinte redação:

Funcionários efetivos do quadro permanente, devidamente habilitados, poderão ser designados para responder pelos encargos técnicos ou científicos iniciais de carreira, vagos, até a realização do respectivo concurso, desde que essa designação não ultrapasse o prazo de 06 (seis) meses.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

Apoiamentos: Adalberto Daros, Lúcio Machado, Del Ciel, Domício Scaramella, Ernesto Dal'Oglio, Deni Schwartz e Accioly Neto.

## JUSTIFICATIVA:

A carência de servidores habilitados técnica ou cientificamente, é notória em todos os setores da administração pública.

Até mesmo através do Ato Complementar n.º 41, de 22 de janeiro de 1969, existiu premissivo para contratação ou

admissão de pessoal técnico ou científico necessário aos serviços de saúde, ensino e pesquisa.

Todavia, havendo possibilidade de aproveitamento de servidores pertencentes aos próprios Quadros de Pessoal, devidamente habilitado, conforme preceitua o Decreto Lei n.º 200, ainda que em caráter temporário, ao invés de contratar-se provisoriamente elementos estranhos e que necessitam de adaptação, a forma ora proposta nos parece mais acertada para resolver o problema.

Para que não seja obstada a realização de concurso público para preenchimento do cargo vago, para o qual o próprio substituto poderá concorrer, fica estipulado o prazo máximo do uso desse expediente de emergência, em 06 (seis) meses.

O próprio Estatuto dos Funcionários Públicos e Cíveis do Estado, em seu artigo 63, § 1.º, permite, nos casos de necessidade imperiosa de serviço, serem cometidas ao servidor, mediante prévia autorização do órgão competente, por prazo não superior a seis meses, atribuições não compreendidas na especificação do seu cargo, com o devido retorno às ocupações que compete à sua classe, após o decurso desse prazo.

A presente emenda, além de regularizar diversos casos de desvio de função, hoje verificados nos Três Poderes, virá premiar o servidor que exerce encargos superiores ao do seu cargo efetivo e que não tem possibilidade, no momento, de perceber, ainda que por poucos meses, vencimentos equivalentes ao do substituído.

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, se conceda REGIME DE URGÊNCIA para a Mensagem Governamental que concede aumento de vencimentos aos servidores públicos deste Estado.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) LÁZARO DUMONT

## JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a difícil situação por que passa o nosso denodado servidor público — e em face da espiral inflacionária — sempre se agravando — a cada dia, justifica-se o presente requerimento, para que se possa pagar em abril próximo, as diferenças a que fazem jus os funcionários públicos — já que a Mensagem tem efeito retroativo — e a grande maioria dos "barnabés" receberá o aumento a partir de janeiro do corrente ano.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo a Sua Excelência o Sr. Secretário de Estado das Finanças, no sentido de que através de gestões daquela Pasta, junto à Direção do Banco do Estado do Paraná, seja instalada uma agência daquele estabelecimento oficial do Estado, na sede do Município de Imbituva.

Tal apelo se faz em razão das condições existentes naquela Comuna, centro geoeconômico de uma vasta região agrícola de nosso Estado, compreendendo os Municípios de Teixeira Soares, Ivaí e Ipiranga, além de propiciar melhores condições aos seus 33 mil habitantes e aos inúmeros estabelecimentos de cereais, que vêm ressentindo a falta de uma agência do estabelecimento bancário oficial de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) ERONDY SILVÉRIO

## PROJETOS DE LEI:

## PROJETO DE LEI N.º 13/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Os funcionários públicos civis dos órgãos da Administração Estadual Direta e das Autarquias Estaduais, que houverem completado cinco (05) anos de efetivo exercício, terão computado, para efeito de aposentadoria por invalidez, por tempo de serviço e compulsório, na forma da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado), o tempo de serviço prestado em atividade vinculada ao regime da Lei Federal nº 3807, de 26 de agosto de 1960 (Lei Orgânica da Previdência Social), e legislação subsequente.

Art. 2.º — Para os efeitos desta Lei, o tempo de serviço ou de atividade, conforme o caso, será computado de acordo com a legislação pertinente, observadas as normas seguintes:

- I — Não será admitida a contagem de tempo em dobro ou em outras condições especiais;
- II — É vedada a acumulação de tempo de serviço público com o de atividade privada, quando concomitante;
- III — Não será contado o tempo de serviço que já tenha servido de base para concessão de aposentadoria por outro sistema.

Art. 3.º — A aposentadoria por tempo de serviço, com aproveitamento da contagem do tempo autorizada por esta Lei, somente será concedida ao funcionário público estadual que contar ou venha a completar 35 (trinta e cinco) anos de serviço, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Constituição Estadual, de redução para 30 (trinta) anos de serviço, se mulher ou Juiz, e para 25 (vinte e cinco) anos, se ex-combatente.

Parágrafo único — Se a soma dos tempos de serviço ultrapassar os limites previstos neste artigo, o excedente não será considerado para qualquer efeito.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei dentro de 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

JUSTIFICATIVA:

O funcionalismo da União já usufrui, mui justamente, desde 1976, de benefício semelhante ao que ora propomos para a laboriosa classe dos funcionários públicos estaduais, ou seja, a contagem de tempo de serviço prestado à iniciativa privada, sob o regime da Lei de Previdência Social.

Sabe-se que diversos Estados da Federação, dentre os quais citamos São Paulo e Ceará, que tivemos oportunidade de constatar, já instituíram o sistema de contagem recíproca de tempo de serviço para os seus funcionários, acabando, assim, com a situação de desigualdade em que se encontravam os servidores desses Estados, perante seus colegas federais, diante do mesmo caso.

É isso, precisamente, o que se pretende para o dedicado funcionalismo do nosso Estado, que também reivindica o benefício, de há muito, e que não deve e não pode continuar marginalizado, sob pena de se lhe estar cometendo grande injustiça. Daí o projeto que ora submetemos ao estudo e à deliberação desta nobre Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 14/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O item III do Art. 140, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 140 — ...

I — ...

II — ...

III — Se houver exercido, por um período não inferior a três (03) anos consecutivos ou cinco (05) ininterruptos ou não, um ou mais cargos em comissão ou função gratificada do nível mais elevado, desde que esse cargo ou função tenha sido exercido por um mínimo de doze meses".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JUSTIFICATIVA:

Com o presente projeto de lei estamos atribuindo melhores condições de aposentadoria aos servidores do Estado, que muito contribuem para que a máquina administrativa efetivamente, desempenhe a sua função social em prol do bem comum.

PROJETO DE LEI Nº 15/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ALDEIA INFANTIL BETESDA", com sede e foro na cidade de Toledo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09 de março de 1978.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços à comunidade de Toledo, principalmente no setor de atendimento ao menor.

A documentação que anexamos ao presente, bem como o relatório de suas atividades, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela Legislação pertinente sobre o assunto.

Nestas condições é que apresentamos o presente Projeto de Lei, que temos a certeza, contará com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A AMEPAR se reuniu dia 03, próximo passado, no município de pequeno para médio porte, que, como os demais, luta pela sua sobrevivência.

É comum a rotina das reuniões das associações de prefeituras municipais: são os banquetes, são os encontros e reencontros rotineiros, de há muito tempo para cá. Mas, parece que, para felicidade deste Estado e dos nossos municípios, também os Prefeitos da ARENA começaram a despertar. Começaram a despertar do sono eterno dos bajuladores que até então habitavam o seio de todas as associações municipais.

Em nosso Estado, o povo paranaense e as prefeituras estão sofrendo de um mesmo mal: o mal do empobrecimento ilícito. As Prefeituras Municipais do Paraná estão ameaçadas, em sua quase totalidade, de falência. E há necessidade de que os homens públicos deste Estado, que os Parlamentares desta Casa, e se necessário for, da Câmara Municipal e do Senado, ergam suas vozes para mudar a política de distribuição do ICM no Estado do Paraná.

A grande maioria dos pequenos e médios municípios paranaenses, não tem sequer condições para pagar o seu funciona-

lismo municipal, para arcar com as responsabilidades econômico-financeiras do seu quadro próprio.

Se o povo sofre do mal do empobrecimento ilícito face à má distribuição de riquezas que foram concentradas nas mãos de uns poucos poderosos deste País, e principalmente das multinacionais que extorquiram todo o suor e sangue do trabalhador desta Pátria, dos municípios do Estado do Paraná, as Prefeituras Municipais também estão sofrendo deste grande mal, porque o Poder, o Governo Central, o Governo Federal, o Governo Estadual, estão a concentrar os poderes e a economia do Estado tão somente em seus cofres.

E nesta reunião da AMEPAR realizada em minha região, se não bastassem os apelos dos Prefeitos emedebistas que desta Associação ainda participam, porque a minha cidade, de Londrina, através do Prefeito Antônio Belinatti, desde o princípio de sua administração, deixou de participar destes encontros festivos das Associações Municipais do Estado do Paraná, porque a lei de concentração de riquezas dos cofres estaduais, vantagens nenhuma levava a Associação da nossa região, ao Município de Londrina.

Tínhamos isto sim, que oferecer uma farta contribuição, que era o sustentáculo daquela Associação até então. Mas, se não bastassem as vozes dos poucos prefeitos emedebistas que desta Associação participam, alguns prefeitos arenistas despertaram do sono eterno, como já disse, do sono eterno dos bajuladores.

E ergueram as suas vozes analisando o atual Governo paranaense que, através de todas as suas secretarias, de todas as suas assessorias, tem feito os prefeitos municipais da Arena, verdadeiros indigentes que, de joelhos ou de cócoras, com o chapéu na mão, têm que correr secretaria por secretaria em busca de recursos que são devidos ao interior do Estado.

Não é só para o MDB, é também para os prefeitos da Arena, rodovia do Café, "a estrada do vem e não volta". As nossas riquezas são conduzidas por esta rodovia à Capital do Estado, e os nossos municípios lá permanecem na perspectiva de receber algumas migalhas que o Governo, nunca, ou quase nunca, faz retornar ao Interior do Estado.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Governo paranaense reúna a sua equipe técnica, se técnicos tem em sua equipe, para, reanalisando a situação da distribuição do ICM no Estado do Paraná, proceda em regime de urgência, urgentíssima, reformulação do sistema que está a condenar a grande maioria dos municípios paranaenses à falência.

Basta do sono eterno da bajulação.

Muito obrigado.. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pretendia, ontem, no trâmite da 2ª Discussão do Projeto de Lei nº 133/77, oferecer uma colaboração para o melhor alcance, para o melhor aperfeiçoamento da aplicação da norma pretendida pelo eminente Deputado Gabriel Manoel. E é com o objetivo de solidificar o espírito daquela propositura, que deu já conhecimento, e por antecipação de emendas examinadas com cuidado, dou então conhecimento a este Plenário, da pretensão que temos de oferecer, modestamente, subsídios à melhor aplicação, do espírito que pregou aquela Emenda Constitucional.

Trata-se de uma pequena modificação redacional e que, na substância, oferece uma vantagem para alcançar, com maior objetividade, o espírito do parágrafo único do artigo 70, em discussão nesta Casa, da Lei 6174, Estatuto dos Funcionários Públicos.

Trata-se do seguinte:

O parágrafo único do proposto, fala que "a regulamen-

tação estabelecerá as autoridades competentes para designar".

E a nossa propositura consta do seguinte:

"Parágrafo 1º — As designações de que trata o presente artigo, serão procedidas pela autoridade competente, para a nomeação do substituído, ou de conformidade com as normas estabelecidas na regulamentação própria".

Com a devida vênia do ilustre signatário cuja iniciativa pretendemos roborar e consolidar apenas com estas modificações, para o seu aperfeiçoamento sem mudar a sua essência, visa, esta emenda, dar maior objetividade à imediata execução do projeto, após sua eventual sanção.

A legislação brasileira está repleta de dispositivos, os quais deixam de ter efeitos imediatos, por dependerem de futura regulamentação, naja visto o caso do artigo 144 da Constituição Federal, a chamada Reforma de abril, que instituiu a Lei Orgânica da Magistratura Nacional; a qual, até esta data não se concretizou, emperrando inclusive o bom funcionamento da justiça nos Estados.

Com esta emenda, o dispositivo modificado poderá ter aplicação imediata, ficando pendentes, apenas, os casos omissos; e, de outra parte, buscamos fazer uma normatização através do parágrafo 2º que consta do seguinte:

"Funcionários efetivos do quadro permanente devidamente habilitados, poderão ser designados para responder pelos cargos técnicos ou científicos, iniciais de carreira, vagos até a regularização do respectivo concurso, desde que esta designação não ultrapasse o prazo de seis meses.

Veja-se que, a carência de servidores habilitados técnica e cientificamente, é notória em todos os setores da administração pública, até mesmo através do Ato Complementar nº 41, de janeiro de 1969, existiu permissivo para contratação e admissão de pessoal técnico e científico necessário aos serviços de saúde, ensino e pesquisa; todavia, havendo possibilidade de aproveitamento de servidores pertencentes aos quadros próprios de pessoal, devidamente habilitados, conforme preceitua o Decreto-Lei 200, do eminente Presidente Castelo Branco, ainda que em caráter temporário, ao invés de contratarmos elementos provisoriamente, e que necessitam de adaptação, a forma da proposta nos parece a mais acertada para resolver este tipo de problema.

Para que não seja obstada a realização de concurso público para o preenchimento de cargo vago para o qual o próprio substituto poderá concorrer, fica estipulado o prazo máximo de uso desse expediente de emergência, de 6 meses.

O próprio Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, em seu artigo 63, § 1º permite, nos casos de necessidade imperiosa do serviço, serem cometidas ao servidor, mediante prévia autorização do órgão competente, por prazo não superior a seis meses, atribuições não compreendidas na especificação do seu cargo, com o devido retorno às ocupações que compete à sua classe, após o decurso desse prazo.

A presente emenda, além de regularizar diversos casos de desvio de função, hoje verificados nos Três Poderes, virá premiar o servidor que exerce encargos superiores ao do seu cargo efetivo e que não tem possibilidade, no momento, de perceber, ainda que por poucos meses, vencimentos equivalentes ao do substituído.

Concluindo, Sr. Presidente, nota-se que o objetivo nesta emenda, é não só corroborar o espírito proposto pelo Sr. Deputado Gabriel Manoel, mas também disciplinar a regra e aplicação a que pretende fazer jús e disciplinar desta medida proposta pelo Deputado Gabriel Manoel. O nosso objetivo é o aperfeiçoamento das normas que regem a disciplina do serviço público e é com esse objetivo que faço um apelo aos Senhores eminentes Deputados, para, como tem acontecido em todas as oportunidades, prestar esta homenagem ao servidor, que está na expectativa da normatização das suas regras de disciplina e de aplicação no serviço público.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Valter Pietrângelo.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Universidade Estadual de Maringá já esteve, quando governada pelo ex-Reitor, numa situação econômica e financeira das mais terríveis.

Débitos astronômicos com o INPS, devendo salários de professores, enfim, numa situação deveras periclitante.

Com a indicação do Reitor Dr. Rodolfo Purpurque conseguiu naquela instituição, realizar uma boa administração, está realizando uma boa administração. A instituição universitária de Maringá que hoje congrega mais de 4.900 estudantes, conseguiu superar a crise. Ganhou conceito, se equilibrou no aspecto financeiro e econômico e passa a uma luta mais difícil que é a consolidação do seu patrimônio. Mas lamentavelmente, Senhores Deputados, ao encaminhar o orçamento do corrente exercício para esta Casa, o Sr. Governador enviou uma dotação destinada à Universidade Estadual de Maringá em vez de maior em relação ao ano de 1977, ela veio com quase 30% a menos.

Ora, a Universidade de Maringá que teve em 1978 um aumento de aproximadamente 15% no número de alunos, a Universidade que precisa ampliar as suas instalações para poder ampliar, abrigar a nova leva de estudantes. A Universidade que está atingida pela corrosão dessa inflação incontrolada, a demonstrar a incompetência da política financeira e econômica do Governo, e a Universidade que deve por justiça, por moralidade e por lei, majorar os vencimentos dos seus professores, se vê, agora, ameaçada; a Universidade Estadual de Maringá está ameaçada, exatamente, pela falta de sensibilidade, pela ausência de realismo e do improviso do Governo do Estado. Não se pode qualificar de racional a atitude de um governante que, neste estado de coisas, quando nós ultrapassamos, de um ano para outro, a faixa de 60% de inflação, uma instituição de fundamental importância para o País, que está educando a juventude de uma região imensa, que é a região polarizada por Maringá, se vê cortada na sua dotação orçamentária, em pouco mais de 25%; é o Governo Federal, também, que está ausente do problema porque, senão, já teria o Ministério da Educação e Cultura, que tem lá, na sua direção, um paranaense, não sei porque, porque o Sr. Ney Braga, até agora, não conseguiu defender os interesses superiores do Estado, tanto é que não teve, ainda, a coragem de proceder um ato que é anseio de todos nós, paranaenses, ou seja, a federalização da Universidade de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, bem como, a criação da universidade do resto do Paraná.

Pois bem, hoje, as obrigações sociais da Universidade Estadual de Maringá, são imensas. Agora com o INPS, a nossa instituição está pagando, ou, pelo menos, deve pagar em torno de um milhão e quinhentos mil cruzeiros, por mês.

Bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, parece-me que o Reitor, Rodolfo Purpur já houve por bem encaminhar à Secretaria de Educação e Cultura, uma petição de suplementação de dotação. Nem bem iniciamos o ano mas, é que o desastre já se antevê. Se não houver, efetivamente, a presença do Governo do Estado e Governo Federal injetando recursos na nossa Universidade, exatamente, pela incompetência deles e pela falta de realismo e sensibilidade do Sr. Jayme Canet, a Universidade Estadual de Maringá chegará no final deste ano mergulhada no maior desastre financeiro de sua história, uma casa que já esteve muito mal, que se recuperou graças ao esforço da comunidade e, evidentemente, houve uma participação razoável do Governo do Estado e do Governo Federal.

Sr. Presidente, vou concluir, apenas, dizendo que, principalmente, a esta Casa cabe o dever de lutar pela Universidade de Maringá pois foi, exatamente, pela vontade da maioria dos Srs. Deputados, na Comissão de Orçamento e neste Plenário,

é que se aprovou a participação irreal do Estado no atual Orçamento da UEM.

Tenho em mãos um requerimento, Sr. Presidente, pedindo informações à Secretaria de Educação para debatermos esses assuntos. (**Lê**).

“Senhor Presidente.

Obedecendo os mandamentos regimentais, o Deputado que o presente subscrive, requer o envio de expediente à SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, requerendo as informações seguintes:

1 — se a Universidade Estadual de Maringá enviou àquela Pasta, pedido de suplementação de dotação para o corrente ano;  
2 — esclarecer quais as tramitações que teve até agora o referido processo; e,

3 — enviar cópia do inteiro teor da petição em pauta, juntamente com toda a justificativa proposta, a esta Casa.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1978.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

Senhores Deputados, os Governos Federal e Estadual desejam novamente mergulhar a Universidade de Maringá em indesejável e gravíssimo caos financeiro. Recuperada graças a boa gestão do Reitor Rodolfo Purpur, a UEM, apesar do desastre que é o ensino pago neste país, ainda é uma Instituição conceituada e em equilíbrio econômico-financeiro. Enquanto o MEC persiste em negar a necessária e indispensável federalização; o descrerioso Governo do Sr. Jayme Canet, reduziu em aproximadamente 30% (trinta por cento) a dotação orçamentária do Estado para a Universidade Estadual de Maringá, em relação ao ano passado, para o corrente exercício.

A falta de sensibilidade, a ausência de realismo e o improviso do Governo do Estado; somado aos efeitos corrosivos da inflação, e adicionando o inevitável aumento de alunos na ordem de quinze por cento, a majoração salarial, a ampliação das instalações e outras obrigações; a Universidade Maringaense alcança em 1978 nível orçamentário bem superior ao de 1977.

Em equilíbrio com suas obrigações sociais, a Universidade Estadual de Maringá, que somente com o INPS tem um compromisso mensal em torno de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), encontra-se agora ameaçada. Se não houver a injeção de recursos do Estado ou do Governo Federal, a Instituição Universitária de Maringá estará, no final do corrente ano, envolvida pelo maior desastre financeiro de sua existência.

Principalmente a esta Casa cabe o dever de lutar pela Universidade de Maringá, pois foi exatamente pela vontade da maioria dos seus deputados, que se aprovou a participação irreal do Estado no atual orçamento da UEM.”

Eu conto com os eminentes Deputados para que possamos defender a nossa instituição universitária que é de fundamental importância para o nosso Estado.

Obrigado. — (**Sem revisão do orador**).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nenhuma oportunidade histórica deste país, houve empobrecimento galopante e violento e violento desrespeito à economia do seu povo.

Os 3.600 municípios brasileiros estão promovendo o recadastramento rural das propriedades rurais deste país. E o lavrador esfomeado e espoliado, abandonado por este Governo que dirige esta Nação, está sendo roubado, violentamente roubado, por escritórios que montam estes recadastramentos, ao preço que bem lhe convém, impondo honorários dos mais absurdos. Na minha região, o Norte Pioneiro do Paraná, uma das regiões mais pobres, uma das regiões avassaladas na economia do



produtor, da agricultura, cobra-se de 200 a 500 cruzeiros, para a montagem de um cadastramento rural. E o pior, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devido à estiagem, que assolou toda a economia do agricultor, são centenas de agricultores que muitas vezes estão tirando do terreiro as últimas galinhas para vender a fim de alcançar os 200 ou 300 cruzeiros e levar para o dono de escritório, para a montagem de um novo cadastro rural que evidentemente irá trazer o dobro da tributação, o dobro do imposto que vem sendo pago pelo lavrador brasileiro.

Salve-se quem puder, é a ordenação estabelecida nestes 14 anos. Fique de pé quem conseguir ficar de pé; a grande verdade é que a multidão laboriosa desta Nação está rastejando e de barriga vazia. Está vendo as portas das escolas fechadas. O lavrador está abandonando a terra, cansado de ver vítima dos tentáculos infames do Banco do Brasil. Os mutuários de casas populares entregam ao BNH sua economia, seu suor, e seu sacrifício e passam a habitar as favelas. O operário sustenta a si e à sua família, com 1 mil cruzeiros de vencimento.

Que país é este meu Deus onde apenas meia dúzia usufrui da grandeza do capital desta Nação; são os chamados ricos que cada vez mais são mais ricos e a multidão que é pobre, cada vez é mais pobre.

O que está acontecendo neste País, nem mesmo os capítulos históricos do afastamento do direito, que foram as revoluções de 29, 30 e 32, não pode em absoluto ser comparado com a metade do empobrecimento que se vê a cada dia que passa.

Não se tem a quem reclamar; o parlamento que está amordaçado. A palavra e as palavras dos representantes do povo se encerram nas quatro paredes.

Os governos sentem que o povo está bem, porque instituíram um sistema de eleição e de escolha que o povo não participa, mas a grande verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados é que as classes laboriosas desta Nação já não têm mais condições de subsistir; já não têm mais condições de ser.

Eram estas as minhas palavras para que ficassem registradas nos Anais desta Casa que mais uma vez alguém se levantou para dizer, em nome do povo que este País está sendo espoliado; está sendo espoliada 90 da população brasileira.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A notícia da nomeação do erudito Professor Ocyron Cunha para reitor da Universidade Federal do Paraná foi recebida com especial satisfação por todos os que acompanham ou observam sua importante atuação na causa do ensino.

Por minha vez, também, reconhecendo nele um autêntico defensor dos interesses da educação, inicialmente quero me congratular desta tribuna com o Presidente Ernesto Geisel, o Ministro Ney Braga, pela acertada escolha.

Votos faços de profícua gestão à S. Ex<sup>a</sup>, frente à nossa tradicional Universidade.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, dentre os problemas que mais preocupam a sociedade presentemente, e, em consequência, os Governantes, encontramos o mal causado pelas drogas. Sua terrível consequência tem abalado seriamente a estrutura das nossas comunidades, como, aliás, constantemente noticiam os principais órgãos de comunicação da nossa terra.

Vale ressaltar, entretanto, que poucas são as obras que têm analisado o problema desde as suas causas. Preenchendo esta lacuna, vem à lume o trabalho "Fumo, porta aberta para as drogas", de autoria do renomado estudioso de assuntos sociais e espirituais do nosso Estado, o Reverendo Josué Soares da

Silva, Ministro da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, da qual é Secretário Permanente do Presbitério Sul do Paraná.

Escrito de forma a proporcionar os necessários esclarecimentos aos leitores, a abalizada obra apresenta dados realísticos a respeito da importante matéria. Mostra, também, caminhos adequados para os fumantes vencerem o grande desafio representado pelo terrível vício do fumo.

Saudando o aparecimento desse proveitoso compêndio, formulo à Casa o seguinte requerimento: (Lê).

"Senhor Presidente.

O Deputado que ao presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado voto de congratulações ao eminente pesquisador e escritor, Reverendo Josué Soares da Silva pelo lançamento da sua obra "Fumo, porta aberta para as drogas".

O oportuno trabalho vem enriquecer notavelmente o nosso acervo cultural, ao tempo em que se constitui em sério alerta, especialmente às novas gerações, quanto aos malefícios do fumo.

Requer, ainda, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa ao mencionado autor.

Sala das Sessões, em 9 de março de 1978."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**). — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde 1968, data trágica para a História Pátria, um assunto tem sido tabu nas Assembléias Legislativas e no Congresso Nacional: falar nas Forças Armadas.

Recém eleito, lembro de um conselho que me foi dado; que não tocasse no assunto Forças Armadas, pois isso era motivo provável de punição revolucionária.

Mas, Srs. Deputados, não podemos calar perante o nosso Estado com o que vem ocorrendo. Acabamos de ler no "Jornal do Brasil", a punição que sofreu o Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira, Comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada, com sede em Ponta Grossa, por ter levantado a sua voz em defesa da redemocratização deste País.

Quanto à sua punição, Srs. Deputados, não cabe a Parlamentar algum — acredito — entrar no mérito. As Forças Armadas Brasileiras têm, no respeito aos regulamentos e à hierarquia, o seu ponto forte. E em nome da hierarquia — diga-se de passagem — já se fez a Revolução de 1964.

Portanto, Srs. Deputados, não nos cabe analisar os méritos e as razões pelas quais o Tenente-Coronel Tarcísio Nunes Ferreira foi punido. Mas, cabe, Srs. Deputados, uma análise das razões pelas quais que inúmeros militares, — militares que estão nas casernas, militares que não compõem a cúpula do poder deste País; militares que estão na longínqua Amazônia a rasgar estradas para que os patrícios lá cheguem; militares que estão nas tropas, muitas vezes, como último reduto da confiança do povo brasileiro; militares que estão a guarnecer posseiros, como ocorreu no Sudoeste do Paraná, quando, como última esperança o homem daquela Região procurou o militar para mantê-lo sobre a terra que era sua; militares que estão a instruir os jovens deste País, — estão a levantar suas vozes. Então, alguém tem de levantar a voz em defesa desses homens que não podem, nem devem, ser confundidos com a cúpula civil-militar que não está honrando, as nossas caras Forças Armadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o desespero de um militar que vive o dia a dia com o povo, que veio à tona na última reunião do Lions Clube em Ponta Grossa. Garanto a todos os senhores que não está só, pois o homem que vive em contato com o povo está vendo a sua instituição cada vez mais sendo acusada dos erros que se cometem por este Brasil afora. Quase tudo de errado neste País se atribui aos militares.

Como poderá um homem inteligente se comportar perante as denúncias de corrupção não punidas? Como poderá se comportar um homem inteligente perante os reclamos de seus filhos das altas anuidades escolares? Perante o reclamo de sua esposa pelo alto custo de vida e perante ele mesmo, ao ver a sua instituição sendo, maquiavelicamente, responsabilizada por aquilo que, na verdade, não lhe cabe culpa.

Como poderá um homem inteligente, e inteligente todos os militares são, vendo suas academias militares se esvaziarem, vendo seus filhos procurarem outras profissões e, muitas vezes, vendo os menos capazes assumirem altos postos ou entrarem pelas sagradas portas das suas academias de tão numerosas tradições a deixar de se revoltar.

Como podem homens inteligentes ao verem civis, nabalmente, dominando este País enquanto, quase que numa pobreza franciscana, vivem as mais altas autoridades militares?

Vejam, Srs. Deputados, as cenas que se repetem nesta Casa, quando aqui alguma comemoração é realizada. Dezenas de "carrões" com motoristas, os carros os mais modernos e mais compridos possíveis, trazendo Secretários, Diretores e, muitas vezes, subalternos menores; comparem Deputados, os "carrões" com o que chega o Sr. Comandante da 5ª Região de Exército.

Por isto, nesta tarde, quando se prende um militar por razões regulamentares mas também por razões de um desabafo de um homem que pensa, de um homem que ouve, de um homem que sente, não poderia deixar de vir a esta tribuna para, não em sua defesa, porque defesa não precisa, mas para que se registrasse nesta Casa a revolta de alguém, civil que é, mas que tem orgulho de nossas Forças Armadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Um militar, Presidente da República, no final do ano passado dizia e foi muito criticado e merecidamente, o seguinte: "a luta anti-inflacionária representa, antes de tudo, extraordinário exercício de disciplina na sociedade. É preciso que todos reivindicemos menos, para que os ganhos não venham a ser frustrados pelas altas dos preços".

Dizia isto, no final de dezembro, o ilustre Presidente da República. No dia 4 de janeiro, na revista "Veja" que tenho em mãos, a notícia, sob a manchete CORDÃO AÉREO, de que paranaenses formavam um verdadeiro aéreo para a posse do Comandante do III Exército.

Cento e nove pessoas, 109 paranaenses em fila indiana e aqui está a fotografia, as mais altas autoridades deste Estado fretaram e lotaram um avião, a fim de se deslocarem para Porto Alegre, com a única e exclusiva finalidade de bajular, de se fazerem presentes à posse no Comando do III Exército do digno General Samuel Alves Correia.

O que estará pensando este General, inteligente que é, dos representantes da sociedade civil paranaense? Como é que poderá este General, amanhã, pensar em entregar à sociedade civil que é representada por autoridades deste quilate que, em fila indiana lotam um avião, gastam duzentos e poucos mil cruzeiros para irem a uma posse antigamente nunca tão prestigiada.

Serão os militares que estão errados, ou seremos nós representantes da sociedade civil, que estamos sem condições de levantar nossas vozes, não por pressão de militares muitas vezes, mas, por pressão, exatamente, do grupo bajulatório que manda e desmanda neste País?

Vejam, Srs. Deputados, é triste, mas é verdade: culpam as Forças Armadas, mas, como nos afirmou um Coronel, há algum tempo atrás, a mim e ao Deputado Lineu Turra:

— Que culpa tenho eu, que estou aqui no Interior, cumprindo as minhas obrigações, se o problema sócio-econômico está se agravando? Não sou eu que faço a inflação! Quem comanda a economia deste País, são homens civis, são homens

civis como os Senhores, Deputados! E a nós, acusam da inflação! Quando chego num supermercado, sou visto com maus olhos, parecendo que a mim compete a responsabilidade do alto custo de vida!

Realmente — vivemos num País onde os militares são usados, para se acobertar verdadeiras negociatas de civis inescrupulosos! Assim como, aqui no Paraná, se reúnem 109 pessoas do mais alto escalão deste Estado, para prestigiarem a posse do General Comandante do III Exército! Esquecidos da recomendação Presidencial de austeridade.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exª permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, com a folgada autoridade de quem não participou do cordão, quero dizer a V. Exª que, alguns dos 109 passageiros do Boeing fretado especialmente para assistir a posse do Comandante do III Exército, deveriam ter intuídos bajulatórios — este é um problema de foro íntimo, evidentemente não tenho condições de avaliar se com este intuito lá compareceram; todavia, eu gostaria que V. Exª fizesse uma ressalva, de que, algumas autoridades que lá compareceram, protocolarmente estavam obrigadas a isto, o que seria o caso do Governador do Estado, do Presidente da Assembléia, que, por um dever de cortesia e até protocolar, tinham a obrigação de estar presentes àquela posse, aliás, diga-se de passagem, as presenças de Srs. Governadores à posse do Comandante do III Exército, já é tradicional. Posso alinhar entre eles, a presença do inesquecível Governador Parigot de Souza, cuja composição e dignidade evidentemente estão acima de qualquer questionamento.

Era apenas essa consideração que me cabia fazer ao pronunciamento caloroso por parte de Vossa Excelência, nesta Casa.

O SR. DENI SCHWARZ — Agradeço o aparte esclarecedor, porque concordo realmente que lá deveriam estar representados os Três Poderes. Mas ocorre, nobre Líder da Arena, que na fotografia que temos em frente, distinguimos pessoas até do Terceiro Escalão. Temos a notícia e ela está inserida na reportagem da Revista "Veja" de que este cordão foi organizado pela própria empresa e nós ficamos a perguntar: durante esse dia o Paraná parou? Ou como deverá estar perguntando o General Samuel, homem inteligente que é, e o Paraná como ficou com 109 pessoas principalmente da administração estadual fora do seu Estado. Concorro plenamente com o ilustre Deputado, que lá deveriam estar o Sr. Governador ou seu representante, Presidente da Assembléia e Presidente do Tribunal de Justiça, mas convenhamos, uma comitiva de 109 pessoas, dá para desconfiar.

Mas, Senhores Deputados, nós, políticos que somos, políticos que sentimos que dia a dia estamos sendo ultrapassados pelos fatos tivemos hoje, no editorial da "Folha de São Paulo", sob o título: "Democratização, civis e militares", o seguinte fecho:

"Hoje é da pusilanimidade de alguns políticos e não da pressão militar que decorre a permanência do sistema". Vejam, Senhores Deputados, estamos sendo ultrapassados pela nossa pusilanimidade. Jornalistas, pensadores, militares, inclusive sujeitos à punição, levantam as suas vozes, enquanto nós, de ambos os partidos, diga-se a bem da verdade, ficamos uns a organizar cordões a ter medo de enfrentar a verdade e a realidade nacional. Prosseguem os jornais: "quem tiver dúvidas, que leia algumas declarações de alguns parlamentares, que as comparem com o que estão dizendo alguns oficiais da Reserva e da Ativa. Sirva de exemplo este trecho do Coronel Tarcísio Nunes, Comandante da Guarnição de Ponta Grossa: "precisamos encontrar urgentemente, para o bem do Brasil, o caminho inteligente para esse incrível impasse constitucional. Temos que quebrar esse círculo vicioso do medo enquanto ainda há energias para o exercício democrático, temos de evitar exitação peri-



gosas, porque é perigosa toda a exaltação.

Por isso, Senhores Deputados, nós que estávamos procurando preparar este discurso, não pudemos deixar de antecipá-lo, falar quando recebemos a notícia de punição deste militar, não pela punição em si, repito, não cabe a nós o seu julgamento, mas pelo desabafo de um homem das nossas Forças Armadas, que está suplantando mesmo a nós, políticos que teríamos obrigação de levantarmos esse problema.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

**O Sr. Nilso Sguarezi** — Deputado Deni Schwartz, gostaria de fazer um pequeno reparo às afirmações de Vossa Excelência quando se referiu e deixou no ar uma pergunta, que seriam mais responsáveis os militares ou a sociedade civil, pelo que acontece no Brasil.

Talvez, as palavras não tivessem a força de traduzir o pensamento de V. Exª e quero crer que, quando V. Exª afirmou — sociedade civil — não estava se referindo a todo contingente de brasileiros que não usam farda, vamos dizer assim, todos os paisanos do Brasil. Nesse sentido é que deve ser entendido — sociedade civil.

Quero crer V. Exª se referiu àqueles poucos brasileiros, pouquíssimos mesmo, favorecidos pelo atual sistema, àqueles que ocupam cargos, os banqueiros, enfim, uma reduzida faixa de brasileiros que, graças a expedientes não muito éticos, às vezes, servindo-se, quase sempre, da delação e da bajulação, conseguem acumular riquezas materiais e, sendo rico nesta terra, tendo dinheiro, se tem virtude; tendo cargo, se tem virtude. Podemos apontar aos montões, os exemplos. Por exemplo, existe um ilustre cidadão nesta terra que não irá para a cadeia, nunca, apesar dos crimes que cometeu; chegou-se até a fazer uma lei para ele, um Delegado de São Paulo, o maior "dedo duro" que a História Brasileira há de registrar, o Delegado Fleury.

Então, quero crer que quando V. Exª se referiu à sociedade civil, V. Exª se referia a esse tipo de civil, que rasteja nos corredores palacianos, que muitas vezes, em questão de 5, 6, 7 anos consegue acumular verdadeiras riquezas, porque usa e abusa do Poder Público para proveito próprio e, não, para o proveito do bem comum.

Então, Deputado Deni Schwartz, acho que a sociedade civil brasileira é a grande vítima neste caso. Quando se fala na sociedade civil brasileira, se deve falar no estudante, que não tem liberdade no Paraná, o estudante que não tem condição de pagar o ensino, ensino pago nesta Nação, que é um comércio, verdadeiramente. Ainda, hoje, me afirmava um estudante, dentro desta Assembléia, de Odontologia, que há de gastar Cr\$ 22.000,00 de anuidade, neste ano, o que quer dizer que se ele por filho de família menos abastada, não terá condição nenhuma de estudar. Do operário, como hoje, quem assistiu pela Rede Globo, o Jornal HOJE, viu que trabalhadores do "metrô" do Rio de Janeiro quebraram um refeitório de uma das empreiteiras, porque lhes estava sendo servida comida estragada. Esta é a sociedade civil brasileira. Da dona de casa que está sendo disciplinada pela propaganda oficial para mendigar alguns cruzeiros pela pechincha.

É esta a sociedade civil brasileira.

Sociedade Civil Brasileira do nosso empresário que quando vai buscar nas fontes oficiais os recursos, é taxado de inoperante, de falta de capacidade gerencial, — esta é a sociedade civil brasileira, nobre Deputado, a que V. Exª deve-se referir.

De religiosos, que não usam farda, que talvez não usem mais batina, hoje, pelo progresso dos tempos mas, que estão preocupados pelo conformismo que está se apossando do nosso povo, como uma enquête que foi feita no Rio Grande do Sul, onde se constatou que a maioria do povo até já perdeu as esperanças de lutar, porque não encontra, simplesmente, condições de sair do estado de pobreza, do estado de miséria, que se encontra.

Esta, então, é a sociedade civil brasileira que é a grande vítima disso tudo; que não pode e, isso é o incrível que acontece, esta sociedade que não pode mudar a coisa, porque ela poderia mudar através do voto e, esses homens que se encastelaram no Poder, como afirmou o Comandante do 13º R.I. hoje punido e, acredito que foi essa afirmação que levou a sua punição; esses que se encastelaram no Poder, que criam leis para impedirem o povo mudar essas coisas, como é a Lei Falcão, como é a lei das eleições indiretas, como é a lei do senador biônico. E não é a sociedade civil, não é o povo que está disputando os cargos indiretos. Como disse o Deputado João Cunha Sampaio, em São Paulo, — são as aves de rapina que estão escarnecendo a carniça do grande Estado de São Paulo, para serem Governador, para serem o Senador indireto. E este nosso Estado, também assiste este drama e todos os Estados brasileiros. Meia dúzia de homens, banqueiros, grandes empresários, porque o pobre, o eleitor simples, o professor e o cientista, estes são aliçados de qualquer forma de participação do poder. E então, Deputado Deni Schwartz, esta é a sociedade civil brasileira que está aliçada, que está amordaçada, que está escravizada e que acima de tudo está impedida de mudar a situação. Porque estes homens que se encastelaram no Poder, contam com uma coisa, com um dado muito real, — o brasileiro não é dado à violência, o brasileiro é tolerante, o brasileiro quer mudar a coisa pacificamente. E estes homens que estão no poder, jamais darão anistia, porque sabem que a anistia significa o engajamento de novas formas na luta para fazer com que o Brasil, volte ao Estado de Direito.

Portanto, Deputado Deni Schwartz, me perdoe V. Exª mas tinha que fazer esta retificação no discurso de V. Exª. Acredito que quando V. Exª se referiu à sociedade civil, se referia a esta leva imensa de milhões de brasileiros que sofrem e não a estes poucos que são os que hoje sustentam a situação. Mas a eles um aviso, Deputado Deni Schwartz, a eles, a esses que às vezes falta coragem de assumirem uma tribuna como esta e dizerem aquilo que têm no íntimo, porque o homem vive mais pelos seus pensamentos e pelas suas idéias do que por aquilo que come, por aquilo que digere, por aquilo que faz a digestão.

O homem vive muito de idéias e muito de motivação. Muitos eu sei, hoje, teriam a vontade, sentem no íntimo vontade de dizer estas coisas, mas preferem calar. E estes tomem o cuidado; se pretendem fazer política, tomem o cuidado, não sou profeta, mas qualquer um está vendo. Tome o cuidado, um dia haverá de mudar a situação e não seremos nós que hoje gritamos que somos taxados de subversivos, não seremos nós, que então o povo taxará, de defensores de sustentadores da ditadura que está no Brasil hoje.

Serão os que realmente mantêm este estado de coisas, ou que talvez, puros são, hoje não protestam como nós.

Muito obrigado.

**O Sr. José Domingos Scarpelini** — V. Exª permite um aparte? **O SR. DENI SCHWARTZ** — Um momento, eu permitirei depois que responder o aparte do Deputado Nilso Sguarezi.

Estava exatamente nessa linha de raciocínio e lerei, para que V. Exª compreenda exatamente o uso do termo "sociedade civil" que concordo talvez não tenha sido bem colocada. Falei numa minoria da sociedade civil. Como diz Hélio Jaguaribe, no seu livro "Desenvolvimento econômico, desenvolvimento político" — "Nós vivemos dos dias de hoje com o predomínio da política clientelista sobre as instituições democráticas", — "Isto — e na realidade um fato corriqueiro no processo histórico brasileiro. Mas após a implantação do regime autoritário de 1964, tem demonstrado maior vigor e pujança só vistos no tempo já agora remotos do Estado Novo. Grande parte de nossas supostas lideranças nacionais nada mais do que figuras **subservientes e passivas** diante do grupo dominante. De tal forma

que a política que se instalou no Brasil, após 1964 conta hoje com o aval público de uma saga de oportunistas, surdos aos apelos da opinião pública em favor do retorno à normalidade democrática. Tudo se faz na esperança de se obter uma recompensa que pode ser muito bem o Governo do Estado, uma cadeira no Senado da República, ou um Ministério. A política deixou de ser feita das bases para a cúpula dirigente. Ao contrário, a estrutura de poder é constituída nos dias de hoje de forma inversa, mais próxima ao sistema monárquico da democracia.

Postos representativos do povo são hoje meros prêmios reservados aos servos mais fiéis e despidos de qualquer senso crítico. A sociedade civil brasileira — e aí falo em sociedade civil brasileira, busca hoje nas Forças Armadas, o seu grande bode espiatório para a crise que envolve o processo político nacional.

É preciso, no entanto, que se questione este ponto de vista de certa forma generalizado: até onde não cabe à própria sociedade civil ou, pelo menos — e aí ressalva a uma parcela de oportunistas que a ela pertencem, a responsabilidade pelo impasse que vivemos.

O que se fez, salvo meritórias exceções, para contentar o arbítrio e a anomalia jurídica que se instalou no Brasil, em processo evolutivo desde 1964...

Vejam V. Ex<sup>a</sup> que foi citado aqui o nome do Sr. Secretário de Segurança de São Paulo, mas mesmo ele é fruto da subserviência bajulatória, do sabujismo de um civil que é o Governador de São Paulo, que não tem coragem, não tem forças para de lá retirar aquela autoridade.

Realmente é uma minoria da Sociedade Civil que detém o poder. São os banqueiros, que estão a iludir a própria opinião pública, o próprio MDB.

Está aí o candidato à Presidência da República, a se dizer "o homem mais democrata do mundo", esquecido que foi com sua caneta que inúmeros e bravos brasileiros foram cassados, que foi a sua caneta que assinou o AI-5, e que foi ele o primeiro por vingança pessoal, a iniciar o Movimento Revolucionário de 1964.

E nós, do MDB, — e isto é que dói — ficamos muitas vezes a aplaudir-lo, esquecidos que este País está na situação que está porque existe uma oligarquia a nos comandar, e isto que é mais importante, a usarem das Forças Armadas Brasileiras para se manterem no Poder espoliando o nosso povo.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência lamenta comunicar ao ilustre Deputado que está na tribuna que o seu tempo se esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir, ou, se V. Ex<sup>a</sup> o desejar, poderá consultar a Liderança do Partido... (É concedido o tempo pela Liderança do MDB).

Então V. Ex<sup>a</sup> tem mais 15 minutos que são destinados à Liderança do MDB.

O SR. DENI SCHWARTZ — Antes de conceder o aparte ao nobre Deputado Scarpelini, eu pediria para ler o que estava nos meus escritos, para esclarecer o Deputado Nilso Sguarezi. (Lê): "A todos cabe um pouco de culpa e, talvez, até em maior grau às Forças Armadas. Em princípio trata-se de erro afirmar que atualmente só as Forças Armadas Brasileiras detêm o Poder. Na verdade, este Poder encontra-se nas mãos de uma oligarquia pouco identificada com a vocação legalista e democrática da nossa sociedade militar, identificada sim com interesses somente das elites econômicas, especialmente dos oligopólios das financeiras, hoje as grandes protegidas dentro do sistema econômico brasileiro, identificada também em grau acentuado com os interesses das empresas multinacionais, verdadeiro corrosivo da nossa economia nacional. É do conhecimento público, o descontentamento que hoje predomina na oficialidade jovem, frente aos rumos que vem tomando a crise política nacional e a prolongada permanência dos militares no poder."

Portanto, Sr. Deputado, ao nos expressarmos como "sociedade civil", nós queríamos dizer das autoridades civis, na qual nós também nos incluímos, pois muitas vezes nas casas parlamentares deste País se cala e, em se calando, se consente.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, estou prestando atenção em seu pronunciamento que é deveras importante para a nação brasileira, neste momento que atravessamos: a fase da sucessão presidencial, da sucessão nos Estados, e às vésperas das eleições que vão escolher os homens do Poder Legislativo, que é o Poder que não pode.

Ouvimos o aparte do Deputado Nilso Sguarezi, fazendo sua defesa do povo brasileiro que também participa de uma maneira ridícula e marginalizada, do processo administrativo deste País.

Muito nos entristece quando olhamos os debates sucessórios no Estado de São Paulo, e vemos que o nome do ex-Ministro Delfin Neto é cogitado para governador de São Paulo. Entre outros, gostaria de, nesta oportunidade, defender o povo brasileiro que foi lesado pelas ações da Bolsa de Valores, quando era Ministro o Sr. Delfin Neto, que induziu o povo brasileiro em erro. Era necessário que o Governo Federal consultasse as viúvas lesadas deste País, para depois, admitir o debate sucessório com a participação do Sr. Delfin Neto. Comenta-se até que, quando o atual Presidente da República assumiu a Presidência, manteve aquele ex-Ministro em prisão domiciliar. Mas não por empobrecimento ilícito, como é o caso povo brasileiro, mas por outra razão que é pública e notória e todos sabem.

Sr. Deputado, muito oportuno seu pronunciamento nesta hora. Mas, o povo brasileiro não participou da reforma do "pacote de abril", que elege o senador "biônico", pela via indireta. O povo brasileiro não participou da assinatura dos contratos de risco, porque nem o Congresso foi ouvido, dentro de sua limitada capacidade de decidir, de legislar, neste País.

O operário brasileiro que contribui com 2,5 de seu trabalho para o salário-educação; muitas vezes, não tem dinheiro para comprar um livro, uma cartilha, para que seu filho possa ir à escola.

Nobre Deputado, a agiotagem neste País já foi crime, em muitas épocas. Hoje, a agiotagem está oficializada através dos bancos que cobram até 7% de juros nos financiamentos. Um absurdo!

Contratos leoninos emitidos pelos grupos financeiros, facilitando o crédito. E essa facilidade é a isca para que aquele mutuário entregue aos grupos econômicos deste País, a pequena parcela que ele detém. Porque, sabem essas financeiras, perfeitamente, que ele não poderá cumprir, que não poderá pagar os absurdos dos juros cobrados pelas financeiras.

A discriminação para a venda de terras na Amazônia, a falência do INCRA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que levou milhões e milhões de brasileiros para a Amazônia para lá morrerem de fome e perderem aquilo que levaram.

As instituições estão falidas neste País. A Revolução que veio para garantir a democracia está se perpetuando como uma Revolução anti-democrática que não admite o debate. A Revolução que veio para coibir os abusos que eu não assisti, mas que a História conta de antes de 64, não coibiu estes abusos. Neste País, onde a liberdade, onde o Hino da Liberdade deveria prevalecer, não campeia mais as mãos dos brasileiros.

E nós olhamos tristes. E com tristeza vemos o povo com a barriga roncando em um dos países mais ricos do mundo. Vemos o povo empobrecido, crianças morrendo de fome, o operário, o lavrador deste País só é gente quando morre na sepultura de um cemitério ou quando está em um mictório.

Sr. Deputado, é necessário que as vozes deste País se pro-

nunciem, como V. Ex<sup>a</sup> está fazendo agora, para que possamos sensibilizar aqueles que não comem e que não amassam o pó da estrada, para que sintam realmente o problema do povo brasileiro que vive de um salário-mínimo que é um salário de fome.

A sociedade civil brasileira se vê mal representada, mas não é culpa do povo, porque não são representantes eleitos pelo povo. Os Ministérios, e nos comandos de decisões deste País, não foi o povo que colocou Delfin Neto como Ministro. Não foi o povo que colocou o Sr. Shigeaki Ueki como Ministro de Minas e Energia neste País. O povo está com anseio de mudar, mas quer mudar democraticamente, pelas vias normais e legais e espera esta oportunidade para o fazer. E nós, brasileiros e patriotas, que amamos e que vivemos nesta terra, pedimos para que este momento esteja bem próximo para que os nossos filhos não venham a morrer nas ruas e nas sarjetas à procura de um pedaço de pão ou de um pastel para comer e não encontraram.

Portanto, Sr. Deputado, V. Ex<sup>a</sup> tem, nesta oportunidade, este aparte de colaboração que vai endossar as suas palavras como Parlamentar, como homem que defende o povo, e os interesses da Nação brasileira sofrida, calada, sem voz e sem vez. V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns pelo assunto que traz à tribuna e pela eloquência com que o colocou.

Era este o aparte de colaboração, nobre Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Scarpelini, e volto a afirmar que, muito cabe a nós, políticos, que, talvez tenhamos, nesta estória toda, a maior parte da culpa.

Vejam, Srs. Deputados, que, a subserviência dos políticos nacionais, de u'a maneira geral tem trazido resultados funestos ao nosso País. Não temos força, porque, muitas vezes nos acomodamos, porque muitas vezes permitimos que aqueles que detêm a força também detenham, mais do que nós, até a força moral. Por isto é que venho a esta tribuna. Para dizer que estando quase no final de um mandato e estamos resultados, pois pouca coisa pudemos fazer.

Infelizmente, neste País, o político não tem vez e não tem voz. Mas estou a terminar este mandato, com a certeza absoluta de que vez e voz não temos, porque muito da culpa cabe a nós, que deveríamos melhor representar o povo!

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Ex<sup>a</sup> permite um aparte? **Assentimento).**

Dizia, com o seu humor britânico, o ex-Ministro Roberto Campos, que, acerca de qualquer questão há sempre três pontos de vista: o meu, o seu, e o correto. É por isto que a minha preocupação, necessariamente não seja a correta! Poderia se dizer também, que a sua preocupação necessariamente não seja a correta! Todavia, foram tantas as informações e as visualizações que V. Ex<sup>a</sup> fez, da problemática nacional, que eu sinto até dificuldade em contestá-las, licitá-las ou comentá-las. Eu apenas queria chamar a atenção de V. Ex<sup>a</sup>, de que me pareceu u'a maneira muito simples para não dizer simplista, o enfoque que V. Ex<sup>a</sup> apresenta.

Vejam V. Ex<sup>a</sup>: 1º — nesta acusação generalizada contra a política brasileira, no que diz respeito ao setor financeiro, há também contradições, e grandes! Sabe V. Ex<sup>a</sup>, que um banqueiro, por exemplo o Deputado Herbert Levi, é, hoje, o maior opositor do sistema. Agora mesmo, numa reunião promovida pela Associação dos Bancos Nacionais, foi feito um Manifesto contra a política do Governo, porque os bancos estão alegando — não sei se com razão ou sem razão — de que esta política poderá levá-los a um impasse do qual dificilmente sairão!

Os aumentos compulsórios exigidos pelo Banco Central aumentaram, e isto está colocando em pânico os banqueiros brasileiros. Sei que o Bamerindus, por exemplo, teve, no ano passado, um lucro bem menor do que teve em 1976 e não contabilizado as contas consideradas incobráveis. Também demonstrou uma balança que realmente não fascina, e que não é um paraíso. Realmente há uma série de contradições.

V. Ex<sup>a</sup> sabe, através de conversas mantidas comigo, que eu sou favorável a uma reformulação do Modelo Econômico. Não me parece que este que está implantado no País, seja completamente viável ou positivo. V. Ex<sup>a</sup> conhece a minha opinião pessoal sobre isto.

A sociedade civil brasileira tem tantos e diversos argumentos, com tantos interesses contraditórios, que realmente há necessidade de fazer uma visão abrangente capaz de nos discernir qual a orientação que ela está tendo. Esse civilismo a que Vossa Excelência faz menção, é outro tema que deve ser questionado. Todos os momentos, pela primeira vez na história do Brasil, foram obtidos através de transações e conciliações desde 1822, como diz um grande brasileiro, Paulo Mecdan, onde fica demonstrado — e ele escreveu uma tese sobre civis e militares do Brasil — claramente a intransigência às vezes do civil, às vezes do militar com relação à política brasileira.

Enfim, são tantos e tão variados os aspectos da nossa sociedade que estariam a exigir uma reflexão um pouco mais, assentada, um pouco mais pensada, um pouco mais digerida.

Concordo com alguns aspectos abordados por Vossa Excelência e me congratulo com a veemência com que Vossa Excelência defende os interesses da população brasileira, como nós. Eu agora mesmo, tive oportunidade de ler um ensaio magnífico de um sociólogo brasileiro, Francisco Henrique Cardoso, que dizia que nunca a sociedade brasileira apresentou tanta mobilidade social como nos últimos 10 anos até às vezes, obtendo um resultado não desejado pelo sistema brasileiro. Mas, na realidade, essa mobilidade social, é considerado um aspecto democrático no Brasil. Há evidentemente, setores militares, claro, porque não dizê-los, há mas não me parece que seja. A elite militar, a elite dirigente brasileira, tem aspectos modernizadores muito positivos. Vossa Excelência fez uma reafirmação ao Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, considerando-o facínora, mas Vossa Excelência há de convir comigo que se há violência criminosa em São Paulo ela é de tal tamanho e de tal teor que exige uma posição firme. Eu sei de casos, de amigos meus, que não poderiam tráfegar à noite em São Paulo, médicos, contrerrôneos nossos, que me diziam que se recebesse um telefonema, um chamado em São Paulo, à noite, ele se negaria a ir porque sabia que fatalmente seria assaltado.

Há uma série de ponderações a fazer, com relação às ponderações tão bem colocadas por Vossa Excelência. Acho fascinante o tema e devíamos realmente fazer da Assembléia, realmente o foco de debates desse nível, mas essas ponderações de Vossa Excelência, no mínimo são um tanto ligeiras. Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. DENI SCHWARTZ — Viemos com coisas simples para provocar esta Assembléia, para que ela se transforme e forre de debates.

Em um dos jornais de hoje, há uma crítica a esta Assembléia e assinalando as coisas importantes discutidas nessa Assembléia. O "importante" está entre aspas.

Mas, com relação ao Sr. Secretário de Segurança de São Paulo, eu concordo plenamente que, pelo índice de criminalidade deva existir certo rigor, mas antes deve existir um certo rigor na distribuição de verbas para Educação, para diminuir esse índice de criminalidade.

Essa própria Assembléia iniciou no ano passado uma CPI para tratar do problema do menor, e hoje, praticamente, os mesmos elementos que tratando do problema do menor estão na CPI sobre a criminalidade.

Mas, Senhores Deputados, a Universidade Católica de São Paulo, foi invadida e não me consta que os estudantes que lá estavam, que os seus dirigentes e seus professores, sejam facínoras que merecessem a humilhação que ocorreu a mando do Sr. Secretário de Segurança de São Paulo. Repito, Sr. Presidente, que aqui vim para provocar um assunto até então considerado tabu.

Repito com convicção, a frase da "Folha de São Paulo": "Hoje, é da pusilanidade de alguns políticos e não da pressão militar que decorre a permanência do sistema". — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência tem a satisfação de anunciar que se encontra nas galerias de honra da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Sr. Prefeito Koite Dodo, de Assis Chateaubriand, acompanhado de Sua Excelência, o Sr. Deputado Edilson Alencar.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Aginaldo Pereira Lima, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 133/77, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que dá nova redação ao Art. 70 e seu parágrafo único, da Lei nº 6.174, de 16/11/70. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

O presente projeto recebeu emendas de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, devidamente apoiadas.

Em discussão o projeto e as emendas. — Encerrada a discussão. — Em votação o projeto. — **Aprovado.**

Em votação a Emenda nº 1.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exª poderia ler o teor da emenda?

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Atendo V. Exª e determino ao Sr. 2º Secretário que proceda a leitura da Emenda nº 1.

(É procedida a leitura da emenda)

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Em votação a emenda. **Aprovada.**

Em votação a Emenda nº 2. — **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental que concede aumento de vencimentos ao funcionalismo público do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em apelo no sentido de que através de gestões daquela Pasta junto à Direção do Banco do Estado do Paraná, seja instalada uma agência do referido estabelecimento de crédito na sede do Município de Imbituva. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao eminente pesquisador e escritor Reverendo Josué Soares da Silva pelo lançamento de sua obra "Fumo, porta aberta para as drogas". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado pedido

de informações à Secretaria de Educação e Cultura, referente a suplementação orçamentária destinada à Universidade Estadual de Maringá e quais as tramitações que teve até agora o referido processo. — Em discussão.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que por gentileza determine a leitura do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Deferido o requerimento. Solicito do Sr. 2º Secretário que proceda a leitura do requerimento.

(É procedida a leitura do requerimento.)

O SR. PRESIDENTE — (Jurandir Messias) Está em discussão o requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a interferência do Poder Executivo, objetivando regularizar a situação, juridicamente anômala, do Aeroporto de Ivaiporã, assim como o Grupo Escolar Barão do Cerro Azul e Posto de Puericultura da referida cidade. — **Em votação.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para encaminhar à votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouví ontem com atenção a denúncia que era feita com referência a votos públicos no Município de Ivaiporã.

Diz que a Companhia Ubá, que procedeu loteamento daquela cidade, estaria hoje propensa a proceder loteamento de reservas feitas para aeroporto, para estabelecimento de ensino.

É isto um verdadeiro absurdo, e nunca poderia acontecer.

Não estou aqui, de maneira nenhuma fazendo a defesa da companhia. Pelo contrário, estamos a criticar se estão tomando estas medidas.

Mas, pela confiança que eu tenho no Chefe do Poder Executivo de Ivaiporã, Dr. Manoel Fernandes Silva, pela sua capacidade de trabalho, pela sua honestidade e pelo seu conhecimento como advogado que é, tem ele perfeitas condições para defender os interesses do município, e tenho certeza que lá, se não encontrar apoio, ele será o primeiro a recorrer e pedir ajuda ao Estado para que dê amparo e que seja preservado aquilo que o município possui.

Creio que não é o momento oportuno, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de que o Governo venha interferir nesse caso de Ivaiporã, porque nós sabemos que é ao Chefe do Poder Executivo a quem cabe tomar as primeiras providências.

Não posso afirmar aqui se a Companhia Ubá já deu início a esse loteamento.

Porisso, também, não podemos afirmar se o Prefeito já procurou assegurar os direitos a que o Município tem, mas, pela confiança que nós temos, sabemos que ele está em perfeitas condições de defender os interesses do Município.

Vou hoje ainda procurar entrar em contato com o Prefeito de Ivaiporã, para que ele nos preste os esclarecimentos e até então nós deixaremos de solicitar ao Governador do Estado para que tome tais providências, porque cabe a nós, primeiro, vermos a posição do Chefe do Poder Executivo, a quem cabe defender, inicialmente, os interesses do município, e não vejo o momento oportuno de tomar essas providências, deixando o

Chefe do Poder Executivo, a quem de direito, em segundo plano.

Por esse motivo, não falo aqui em nome da bancada ou como Vice-Líder, falo em meu nome pessoal e é o meu voto pessoal, no momento, contrário ao requerimento. Mas, estarei pronto a voltar a esta tribuna e dar integral apoio e ajuda no que for preciso, se necessário for, caso o Prefeito não encontre condições de defender os interesses do município, nós estaremos aqui para dar a nossa colaboração para que não aconteça, para que a Companhia Ubá não venha a usar daqueles próprios reservados para o município, para as obras públicas. **(Sem revisão do orador).**

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Em votação.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Jurandir Messias**) Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado José Domingos Scarpelini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (**Para encaminhar**) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quem ouviu o Deputado Gilberto Carvalho, da tribuna, pode até entender que este Deputado esteja contra os próprios de Ivaiporã.

Porque, o Deputado ao se pronunciar da tribuna, disse que, ontem, este Deputado fez denúncias contra os próprios de Ivaiporã.

O que não é verdade. Ontem apenas, desta mesma tribuna, disse que a Companhia Territorial Ubá, pretende, e é público e notório em Ivaiporã, lotear o aeroporto de Ivaiporã.

Disse, e está no jornal que segue anexo ao requerimento, que o Grupo Escolar de Ivaiporã não tem escritura. E a palavra do Secretário da Educação Borsari Neto, há poucos dias disse que tomaria providências para que coisas drásticas não acontecessem.

Ontem, afirmei, desta tribuna, que a responsabilidade é do Estado. E o Deputado Gilberto Rezende de Carvalho, zeloso pelas coisas de sua região, que também é minha, disse que a competência não é do Estado, nesta fase; que a competência é do município. É onde o Deputado erra redondamente, ou quadradamente. Porque, a escritura pública da venda de terra que foi feita à Companhia Territorial Ubá, foi feita pelo Governo do Estado e não pelo município.

A obrigação é do Estado em fazer a Companhia cumprir as ressalvas que constam da escritura, o aeroporto, as ruas, as estradas já existentes na área, a Companhia se comprometeu deixá-las em uso quando comprou as terras ao Estado do Paraná.

É da competência também da Prefeitura tomar as providências, mas o campo de futebol do Atlético de Ivaiporã foi loteado pela Companhia Territorial Ubá. E nenhuma providência foi tomada, nobre Deputado.

Houve um incêndio que queimou a sede da Companhia destruindo papéis de valor para os proprietários de terreno daquele Município e de Jardim Alegre.

As Ruínas Jesuíticas foram vendidas e nenhuma providência foi tomada.

Entendemos, então, que compete ao Governo do Estado a iniciativa primeira de fazer cumprir a Lei; que compete a esta Assembléia Legislativa do Estado, que votou a Lei que declara como área inalienável a Ruína Jesuítica que foi vendida, no Município de Ivaiporã, por essa mesma famigerada Companhia.

Compete a esta Assembléia denunciar estes abusos, denunciar o incêndio que queimou a sede daquela Companhia que, até a data da denúncia, feita por nós, o ano passado, não tinha ainda nenhum indiciado. Mas, que depois, foi constatado que um ex-funcionário daquela Companhia foi o incendiário.

E nós queremos a responsabilidade da Companhia nisso.

Queremos que a Colonizadora Ubá respeite o direito do povo paranaense, porque o Aeroporto de Ivaiporã pertence ao povo do Estado. O Aeroporto de Ivaiporã não pode ser loteado.

O Grupo Escolar de Ivaiporã não tem escritura, a Companhia tem que fornecê-la. Nada mais é do que uma obrigação dar a escritura que o Estado fez quando vendeu a área global a Companhia Territorial UBÁ. Nós não queremos discutir a competência, porque esta é indiscutível. A competência da ação cabe ao Governo do Estado. Mas a iniciativa pode ser discutida. Ela poderia partir do Prefeito. Como pode partir desta Assembléia como perfeitamente partiu.

Agora Vossa Excelência, que representa Ivaiporã, como eu também me sinto representante de qualquer cidade do meu Estado, não pode, jamais, usar da tribuna ou votar contra um requerimento desta natureza, onde apenas eu solicito ao Governador do Estado e ao Secretário de Transportes para que tomem as providências que acharem necessárias para que isto não aconteça. — **(Sem revisão do orador).**

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — (**Jurandir Messias**) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, o nobre

Deputado José Domingos Scarpelini fala no encaminhamento da votação, daí não poder apartá-lo. Mas faz referência à minha pessoa e não ao projeto. Só para prestar um esclarecimento e não entrar em polêmica, eu estou de pleno acordo, se ele quiser fazer um pedido de informações ao Sr. Secretário de Educação, como é que foi feita a construção do grupo escolar em terreno não escriturado e quais as providências que estão sendo tomadas para a escritura do terreno onde está o grupo escolar, terá o nosso integral apoio.

Não agi redondamente ou quadradamente, nobre Deputado. Agi com bom senso, primeiro pela ordem a quem de direito cabia tomar as providências.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — É o Estado.

O SR. GILBERTO CARVALHO — O campo de futebol estava em propriedade particular e foi vendido, não era uma reserva. Não quero polemizar o que V. Exª está falando no encaminhamento de votação e vou respeitar o mesmo. De forma nenhuma estou contra a vossa pretensão. O que eu pretendi foi dar a tramitação legal. E quanto ao grupo escolar sim, este V. Exª pediu uma informação de quais as providências, e terá o nosso integral apoio.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Nobre Deputado, o nosso requerimento é apenas no sentido de alertar as autoridades competentes, no caso, o Sr. Governador, porque a Companhia Territorial UBÁ recebeu uma escritura do Governo do Estado do Paraná, cuja escritura está indo anexa ao nosso requerimento. E não diz respeito àquela escritura. Ela pretende lotear o aeroporto de Ivaiporã.

V. Exª falou do grupo escolar, falou do campo do Atlético, eu gostaria que V. Exª também fizesse alguma referência no que diz respeito ao Aeroporto de Ivaiporã. Porque a escritura faz a ressalva de que qualquer área que esteja dando serventia à comunidade, torna-se inalienável. O campo de futebol, no nosso entendimento, a Companhia também não poderia vender. Porque estava dando uma serventia ao povo de Ivaiporã. O aeroporto, a companhia não pode vender.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Concordo, nobre Deputado, a Companhia não pode vender nada.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Mas vendeu o campo de futebol. Não pode vender nada mas vendeu. E quem tomou alguma providência contra este abuso, contra este ato? A Prefeitura tomou?

Então é por isto que é o nosso requerimento. Para que se

tomem providências para que não venda o Aeroporto de Ivaiporã, para que amanhã ou depois não venda parte do pátio, para que não venda o Centro de Puericultura da Saúde Pública também lá de Ivaiporã. E sabe Deus se não vende também a própria Prefeitura, ou se não queira vender novamente as datas que ela já vendeu há 20, há 15, há 10 anos atrás, porque ela também não poderia vender as Ruínas Jesuíticas e as vendeu.

E é nesse sentido, Sr. Presidente, o nosso requerimento e o nobre Deputado, de certo, terá o apoio integral da sua bancada que está aqui maciçamente presente para votar contra o meu requerimento. A sua bancada votará unânime e contrariamente ao nosso requerimento. Porque entendemos que existe uma unidade na bancada da ARENA, e V. Exª, nesta hora representa a unidade existente nessa bancada.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, eram estas as nossas considerações para o momento.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Em votação o requerimento. — **Aprovado.**

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Deferida a solicitação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — (Pela ordem).

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, quer me parecer que não vamos ter número para o prosseguimento da sessão.

Antes porém, eu queria fazer uma solicitação:

Nós propusemos, juntamente com o Deputado Fidelcino Tolentino, no mês de novembro, uma Emenda à nossa Constituição, à apreciação desta Casa, estabelecendo a contagem proporcional de aposentadoria.

Sr. Presidente, parece-me que a Casa não está obedecendo a determinação regimental constitucional para a tramitação desta Emenda Constitucional; parece-me que ela já foi publicada.

Então, eu queria pedir um esclarecimento a V. Exª, sobre esta matéria, esclarecimento este que poderia ser divulgado na sessão de amanhã.

Outrossim, solicitar de V. Exª que mandasse verificar se a matéria a que me refiro está tendo a sua tramitação regimental.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Esta Presidência terá o máximo prazer em atender a solicitação do nobre Deputado Valter Pietrângelo, e, também, agradece ao mesmo tempo, a compreensão de V. Exª, em dar um prazo de 20:00 horas aproximadamente, para que esta Presidência tome as devidas providências a respeito.

A Presidência determina, à Assessoria, que, na sessão de amanhã, apresente os dados concretos sobre o projeto que V. Exª e o Deputado Fidelcino Tolentino apresentaram a esta Casa de Leis, no mês de novembro do ano próximo passado.

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, atendendo questão de ordem do Sr. Deputado Gilberto Carvalho; 6 Srs. Deputados aprovam, 1 Sr. Deputado rejeita.

Consequentemente não há "quorum" para deliberação e nem para o prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, sexta-feira, dia 10, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.